

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.856 - SP (2019/0249967-1)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**SUSCITANTE** : WAGNER CANHEDO AZEVEDO  
**ADVOGADA** : PAULA CANHEDO AZEVEDO - DF021514  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DA 14A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
**INTERES.** : SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS  
**INTERES.** : SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : SECURINVEST HOLDINGS S/A - MASSA FALIDA  
**INTERES.** : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S A - MASSA FALIDA

### DECISÃO

Este conflito de competência foi ajuizado por WAGNER CANHEDO AZEVEDO (WAGNER).

De acordo com a inicial, WAGNER entende ter legitimidade ativa porque, na qualidade de fiel depositário dos imóveis pertencentes ao Hotel Nacional S.A., poderia responder civilmente por eventuais prejuízos causados, nos termos do art. 161, parágrafo único, do NCPC.

Nestes autos, WAGNER sustentou que há conflito os Juízos da 14ª Vara do Trabalho de São Paulo e os da 1ª e 3ª Varas de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, no que diz respeito ao destino do patrimônio do Hotel Nacional S. A.

Aduziu existir plausibilidade do direito pelo reconhecimento da eficácia da declaração de nulidade da alienação dos imóveis do Hotel Nacional S.A. que foi decretada pela Justiça do Trabalho antes dos bens terem sido arrecadados no processo da falência da Securinvest Holdigns S/A e antes mesmo da declaração da sua falência.

Relativamente ao perigo na demora, asseriu que *o arrematante do Complexo Hoteleiro no âmbito da falência da Securinvest já se articula para tentar a imissão na posse* e que, nesse caso, o Hotel Nacional estaria *obrigado a demitir todos os funcionários que hoje lá trabalham* (e-STJ, fls. 9/10).

Requeru, daí, a concessão de medida liminar para *determinar o sobrestamento de qualquer ato expropriatório do Complexo Hoteleiro*, seja no âmbito da Justiça do Trabalho ou da Justiça estadual de São Paulo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

As informações requeridas pelo despacho de fl. e-STJ nº 269 foram prestadas pelos Juízos suscitados, conforme certidão lavrada pela Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado (e-STJ, fl. 425).

Às fls. 275/405, a INCORP I EMPREENDIMENOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (INCORP), na condição de arrematante e adquirente dos imóveis do Hotel Nacional S.A., sustentou possuir interesse jurídico na solução deste conflito e apresentou suas razões e os documentos que entendeu necessários ao deslinde do feito.

Este, em síntese, o relatório

DECIDO O PEDIDO LIMINAR.

Para além da questão da legitimidade de WAGNER para suscitar este conflito de competência, que por sinal foi questionada pela INCORP, há ainda as seguintes questões envolvendo toda venda do Hotel Nacional:

1) nas informações prestadas pelo Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo não foi noticiada a prática de nenhum ato pela INCORP no sentido de ser postulada a imissão na posse do imóvel;

2) a própria INCORP narrou que a impugnação à arrematação apresentada pelo Hotel Nacional - e não por WAGNER - nem sequer havia sido decidida e que também não havia sido requerida a expedição da carta de arrematação, o que, aliás, constou da informação do referido Juízo à fl. e-STJ nº 272; e,

3) o Hotel Nacional suscitou no Supremo Tribunal Federal conflito de competência tendo como suscitados esta Corte Superior, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os mesmos Juízos indicados neste incidente - o CC nº 8.119, de relatoria do Exmo. Sr. Ministro ROBERTO BARROSO - no qual foram levantadas questões análogas as destes autos.

Assim sendo, a melhor das razões não recomenda o deferimento neste conflito de nenhuma medida que possa, isso sim, vir a causar ainda mais transtorno processual do que os já existentes em todo o processo que envolve o caso VASP, o Grupo Canhedo e a venda do Hotel Nacional.

Nessas condições, porque não há sequer certeza da legitimidade ativa de WAGNER e também não ficou devidamente comprovada a presença do risco na demora, INDEFIRO A LIMINAR requerida.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão aos Juízos suscitados.

Porque já prestadas informações, dê-se vista ao Ministério Público Federal para emissão de parecer, facultando-lhe, caso entenda necessário, a requisição de mais informações.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
RELATOR

